



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Aracaju - SE, 4 a 10 de agosto de 2014.

Matéria do Cinform faz MP investigar a terceirização da merenda escolar

■ O pregão de nº 019 da Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA -, para terceirizar a merenda escolar na rede municipal e servir uma espécie de prato feito - quentinhas - às crianças, impugnado pelo Conselho de Alimentação Escolar - CAE -, no último dia 25, está agora na mira do Ministério Público do Estado de Sergipe - MPE/SE.

Após leitura da notícia publicada no Cinform na última segunda-feira, 28, com o título "Prefeitura de Aracaju terceiriza a merenda por R\$ 205 mil ao dia, e vencem paulistas", o promotor de Justiça Fausto Valois, da Promotoria de Educação, instaurou um procedimento em que serão fiscalizados imediatamente os cardápios e convênios da PMA com as empresas vencedoras para fornecer alimentação.

De acordo com as denúncias dos representantes do Conselho de Alimentação Escolar e do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Aracaju - Sepuma -, a Prefei-

tura, além de pretender servir quentinhas às crianças com cardápios de má qualidade, desembolsará dos cofres públicos de Aracaju um valor anual de R\$ 7 milhões a mais, apenas para bancar uma empresa paulista, a vendedora da licitação.

Para se ter uma noção, a diferença entre a proposta da primeira participante do processo licitatório, a sergipana MH Serviços Ltda - ME -, que oferecia R\$ 175 mil ao dia, e a vencedora do pregão, a paulista a Menezes Serviços de Conveniência Ltda., propondo R\$ 205 mil -, chega a quase R\$ 600 mil por mês.

Uma das justificativas (coerentes, claro), para a desclassificação da empresa sergipana era o fato de ela não estar com a documentação regular, que atendesse aos itens preestabelecidos. Entre eles, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS -, atestado de capacidade técnica, capital social.

A segunda classificada, a

também paulista SP Alimentação e Serviços Ltda., desistiu de ofertar lances e saiu do pregão. Mas, daí a contratar uma empresa paulista com uma diferença financeira anual milionária já é um pouquinho demais.

"Não descarto a hipótese de a terceirização em si ser sim uma questão de conveniência e oportunidade", argumenta Valois. Ao MP, o promotor acrescenta que agora cabe fiscalizar se o tal pregão está ou não de acordo com a lei.

"Além da notícia do Cinform, iremos analisar as provas que o Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju - Sindipema -, nos trouxe. Porque nestes casos, a fiscalização dos setores atuantes contribui para o bom andamento dos serviços públicos".

Valois sugere, ainda, que pais e mães das crianças também fiscalizem a merenda. "Os responsáveis podem acionar o Ministério por meio da Ouvidoria, ou vindo aqui diretamente", esclarece o promotor. ■

